



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



EXCELENTÍSSIMA SENHORA VEREADORA PRESIDENTE DA  
COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER E  
TURISMO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU, ESTADO  
DE SÃO PAULO

## PROJETO DE LEI nº 35/2018

### Ofício nº 25/2019

### Processo nº 62/18

## PARECER JURÍDICO

Trata-se o ofício em epígrafe de solicitação do  
Excelentíssima Senhora Vereadora Presidente da Comissão em epígrafe  
para que esta Procuradoria exare parecer, nos seguintes termos:

“Solicitamos os bons préstimos de Vossa Senhoria no  
sentido de emitir Parecer sobre o Projeto de Lei nº  
35/18, de autoria da nobre Ver. Silmara de Souza  
Romero, que *Dispõe sobre priorização de vagas nas  
creches, escolas municipais e serviços de convivência  
para crianças vítimas de abuso, violência e  
exploração sexual.*

*Justificamos a necessidade do Parecer Jurídico,  
considerando que o Estado assumiu  
constitucionalmente a obrigação do fornecimento de  
educação infantil para todas as crianças de 0 a 5 anos,  
sem estabelecer qualquer critério para o acesso que  
deve ser respeitado e efetivado e, ao que parece, o  
presente projeto não estaria de acordo com esta  
premissa.”*

Recbi  
25/02/19  
[Handwritten signature]

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moysés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



O ofício vem acompanhado do processo legislativo respectivo.

O projeto em análise apresenta a seguinte redação:

“

*'Dispõe sobre priorização das vagas nas Creches, Escolas Municipais e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pela Assistência Social para crianças e adolescentes vítimas de abuso, violência e exploração sexual ou filhos e filhas de mulheres vítimas ou diretamente vitimados em casos de violência doméstica, e ainda dá outras providências'*

*Art. 1º Fica assegurada a transferência, matrícula, colocação em listas de espera como prioridade ou qualquer meio a ser regulamentado pela administração Municipal, para crianças e adolescentes vítimas de Abuso, violência e exploração sexual ou filhos e filhas de mulheres vítimas ou diretamente vitimados em casos de violência doméstica nas Creches, Escolas Municipais e Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pela Assistência Social da administração municipal direta, indireta ou conveniada.*

*PARAGRAFO ÚNICO: As unidades educacionais citadas no “CAPUT” desta lei serão indicadas pela mãe ou responsável legal, com vistas à garantia da*

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moysés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*segurança e preservação da mulher e das crianças envolvidas.*

*Art. 2º O atendimento ao disposto nesta lei fica condicionado à apresentação dos seguintes documentos:*

*I - Cópia do boletim de ocorrência expedido pela Delegacia Especial de Atendimento à Mulher;*

*II - cópia do exame de corpo de delito.*

*Art. 3º As informações, documentos e declarações prestadas pelos particulares interessados se revestem de sigilo e não poderão ser fornecidos ou acessados por quem não deva ter acesso aos mesmos por dever de ofício.*

*Art. 4º O atendimento às mães deverá ser feito pelo Centro de Referência de Assistência Social – CREAS ou outro órgão que facilite o atendimento regionalizado, possibilitando maior facilidade e sigilo no atendimento.*

*Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”*

*É a síntese do necessário.*

*Inicialmente cumpre esclarecer que a competência legislativa para o projeto de lei em análise é do município, conforme redação do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, cuja redação segue.*

*“Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

Américo Eliezer da Silva

Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)

Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profa. Edithe)

Jair Bezerra da Silva

José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)

José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)

Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)

Moysés Sikorski Filho

Pablo Lopes da Silva Pereira

Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)

Vinícius Brandão de Queiróz





# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber*

*VI- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;*

Assim, quando ao ente federativo competente para legislar sobre a matéria, não há vício.

Passa-se à análise meritória.

Observa-se pela redação do projeto que trata da criação de lista prioritária para vagas em creches para crianças vítimas de abusos ou cujas mães sejam vítimas de abuso.

O direito à educação é um direito social previsto no artigo 6º da Constituição Federal, figurando, assim, entre os direitos e garantias fundamentais. Por sua vez, o artigo 205 da *Carta Magna*, estabelece que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família.

O artigo 208 da Constituição rege a atuação por parte do Estado Brasileiro, afirmando que “*é dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; V - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; ”*

Vale lembrar que o acesso é direito público subjetivo o acesso ao ensino público e o “*não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade*

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moisés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*da autoridade competente. não oferecimento*” conforme redação do § 1º e 2º do artigo 208 da Constituição Federal.

Ademais, a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, estabelece que a educação é um dever da família e do Estado (art. 2º); reafirma a garantia de educação básica e infantil (art. 4º, I e II), com vaga na escola perto de sua residência (art. 4º, X), bem como reforça que se trata de direito público subjetivo (art. 5º caput).

O artigo 3º, inciso I da Lei de Diretrizes Básica da Educação estabelece como um dos princípios do ensino: “*igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também trata do tema e estabelece que a “*criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola*”; (artigo 53, caput, e inciso I).

Como se não bastasse, o artigo 54, I e IV, também do Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que *É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I- ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; IV – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade*”

Em análise à Jurisprudência, ressalta-se a redação da Súmula nº 63 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

**Súmula 63: É indeclinável a obrigação do Município de providenciar imediata vaga em unidade**

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moysés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinicius Brandão de Queiróz





# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



Pelo exposto, ao que pese a louvável intenção legislativa, tendo em vista a redação do Projeto de Lei verifica-se - ao menos em tese e *data venia* posicionamentos diversos - proceder a dúvida solicitada pela Exma. Edil, ou seja, grande parte do projeto em análise é inconstitucional, sob a ótica do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e dos argumentos exposto alhures.

Não obstante, embora robusta parte do projeto trate da criação de preferência de vagas educacionais e lista de espera, abstrai-se que parte do projeto refere-se à inscrição em "*Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pela Assistência Social da administração municipal direta, indireta ou conveniada*" o que - em princípio- não padece de inconstitucionalidade se observados sob ótica do Tema 917 de Repercussão Geral reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal<sup>2</sup>.

Ainda, notam-se pequenas incorreções formais quanto a redação e.g. erros de digitação.

*Data máxima venia*, visando garantir e salvaguardar o projeto apresentado, sugerimos a alteração da redação nos seguintes termos:

“

*'Dispõe sobre priorização das vagas nas Creches, Escolas Municipais e nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados pela Assistência Social para crianças e adolescentes vítimas de abuso, violência e*

<sup>2</sup> Não usurpa competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, "a", "c" e "e", da Constituição Federal).

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moisés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz



# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*exploração sexual ou filhos e filhas de mulheres  
vítimas ou diretamente vitimados em casos de  
violência doméstica, e ainda dá outras  
providências'*

*Art. 1º Fica assegurada a transferência, ~~matrícula,~~  
~~inscrição,~~ colocação em listas de espera como  
prioridade ou qualquer meio a ser regulamentado pela  
administração Municipal, para crianças e adolescentes  
vítimas de Abuso, violência e exploração sexual ou  
filhos e filhas de mulheres vítimas ou diretamente  
~~vitimados~~ *vitimadas* em casos de violência doméstica  
~~nas Creches, Escolas Municipais e nos~~ Serviços de  
Convivência e Fortalecimento de Vínculos ofertados  
pela Assistência Social da administração municipal  
direta, indireta ou conveniada.*

*~~PARAGRAFO ÚNICO: As unidades educacionais  
citadas no "CAPUT" desta lei serão indicadas pela  
mãe ou responsável legal, com vistas à garantia da  
segurança e preservação da mulher e das crianças  
envolvidas.~~*

*Parágrafo único. Os serviços aos quais serão  
encaminhados as crianças e os adolescentes, deverão  
ser adequados ao atendimento da situação de violência  
em que sofreram ou presenciaram.*

*Art. 2º O atendimento ao disposto nesta lei fica  
condicionado à apresentação dos seguintes  
documentos:*

- I - Cópia do boletim de ocorrência expedido pela  
Delegacia Especial de Atendimento à Mulher;*
- II - cópia do exame de corpo de delito.*

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moysés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz





# CÂMARA MUNICIPAL DE MIRACATU

Av. Washington Luis, 200 - Estação - CEP 11.850-000 - Miracatu/SP

Telefax: (13) 3847-1299 / 3847-3033

E-mail: camara@miracatu.sp.leg.br

Site: www.miracatu.sp.leg.br



*Art. 3º As informações, documentos e declarações prestadas pelos particulares interessados se revestem de sigilo e não poderão ser fornecidos ou acessados por quem não deva ter acesso aos mesmos por dever de ofício.*

*Art. 4º O atendimento às mães deverá ser feito pelo órgão integrante do Sistema Único de Assistência Social mais adequado, de modo que Centro de Referência de Assistência Social — CREAS ou outro órgão que facilite o atendimento regionalizado, possibilitando maior facilidade e sigilo no atendimento.*

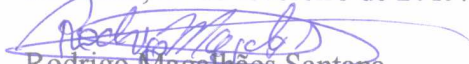
*Art. 5º Os recursos para a execução deste projeto advirão de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.*

*Art. 5º-6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."*

Por todo exposto, s.m.j., entendo que: I- Grande parte do Projeto encontra-se inconstitucional, conforme jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; II- É possível realizar a adequação da redação de modo a compatibilizá-la com o ordenamento jurídico pátrio.

Eis o meu parecer em 09 (nove) laudas numeradas, por mim rubricadas e digitadas somente no anverso.

Miracatu, 27 de fevereiro de 2019.

  
Rodrigo Magalhães Santana  
Procurador Jurídico  
OAB/SP nº 346.599

Américo Eliezer da Silva  
Antonio Carlos Souza de Oliveira  
(Prof. Carlinhos)  
Edithe Gavazzoni Tavares dos Santos  
(Profª. Edithe)  
Jair Bezerra da Silva  
José Fanes dos Santos  
(Pr. Zé Fanes)  
José Luiz Zezeco da Silva  
(Zezeco)  
Josué Afonso dos Santos Júnior  
(Junior Baiano)  
Moysés Sikorski Filho  
Pablo Lopes da Silva Pereira  
Sueli Tiemi Tanaka de Matos  
(Tiemi)  
Vinícius Brandão de Queiróz